



Número: **0600622-79.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **03/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600589-89.2020.6.16.0000**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Conduta Vedada a Emissora de Rádio/Televisão na Programação Normal, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Truncagem, Montagem, Utilização de Gravação Externa, Computação Gráfica, Desenho Animado ou Efeito Especial, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança Cível com pedido de liminar nº 0600622-**

79.2020.6.16.0000 impetrado por coligação Eu Amo Apucarana!

11-PP / 15-MDB / 22-PL / 25-DEM / 55-PSD / 90-PROS / 40-PSB e Sebastião Ferreira Martins Júnior em face do ato coator do Juiz da 028ª Zona Eleitoral de Apucarana/PR, Ornela Castanho, figurando como litisconsorte passivo necessário, MJK Tamiya Eireli, que indeferiu o pleito liminar nos autos de Representação nº 0600877-50.2020.6.16.0028, ajuizado pelos ora impetrantes em face da ora litisconsorte, com fundamento no art. 45 da Lei nº 9.504/1997 (Lei Das Eleições -LE) c/c o art. 43 da Resolução-TSE 23.610/2019, alegando que a litisconsorte vem veiculando em seu canal de TV e sítio eletrônico notícias desinformativas e ataques infundados contra o atual prefeito e candidato a reeleição, conforme se verificou nos programas "Apucarana No Ar" e "RTV Patrulha", do dia 30.10.2020. Transcrição do conteúdo veiculado nesta data, no programa "Apucarana no Ar", às 18h34min: "Apresentador Wilson Mota: Obrigado Lucas [...] O dia de entrega de 520 casas, que era o sonho de muita gente, que era não, que é o sonho de muitas famílias que hoje estão pagando aluguel, passando por dificuldades, mas só ficou na promessa. [...]E olha, hoje 520 famílias estariam contentes, recebendo as chaves de suas residências, saindo do aluguel, o sonho que não teve como se concretizar. A placa diz tudo! O investimento de R\$ 32.760.000,00(trinta de dois milhões, setecentos e sessenta mil reais), 520 residências inacabadas, deteriorando. [...]". Alega também que com o objetivo de atingir pessoal e diretamente o Candidato Impetrante, levando-o à execração pública, a partir de uma narrativa deturpada e inverídica, a Litisconsorte usou de montagens e trucagens variadas, inclusive dando destaque aos nomes dos Impetrantes.(Requer: - liminarmente e inaudita altera parte, no prazo de 1 (um) dia e sob pena de multa diária a ser fixada de acordo com o justo critério deste e. Tribunal, seja ordenado que o CANAL 38 HDTV abstenha-se de transmitir conteúdos que privilegiem o posicionamento político de qualquer candidato, bem como alusões ou programas críticos em desfavor dos Representantes, ainda que dissimuladamente e/ou mediante conteúdo desinformativo, já que a legislação federal em vigor não lhes dá essa prerrogativa, além do que tal conduta é vedada pelo art. 45 da LE e art. 43 da Resolução-TSE 23.610/2019; - Ao final, depois dos trâmites legais de estilo, que seja consolidada a medida liminar almejada e, por conseguinte, concedida definitivamente a segurança pleiteada, com seus consectários lógicos e legais).

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEBASTIAO FERREIRA MARTINS JUNIOR (IMPETRANTE)		MARCELA BATISTA FERNANDES (ADVOGADO) HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI (ADVOGADO) GRACIANE DOS SANTOS LEAL (ADVOGADO) LEANDRO SOUZA ROSA (ADVOGADO)	
EU AMO APUCARANA! 11-PP / 15-MDB / 22-PL / 25-DEM / 55-PSD / 90-PROS / 40-PSB (IMPETRANTE)		MARCELA BATISTA FERNANDES (ADVOGADO) HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI (ADVOGADO) GRACIANE DOS SANTOS LEAL (ADVOGADO) LEANDRO SOUZA ROSA (ADVOGADO)	
ORNELA CASTANHO (AUTORIDADE COATORA)			
M J K TAMIYA EIRELI (LITISCONSORTE)		JESSYCA PRISCILA HAYUME TAMIYA (ADVOGADO)	
JUÍZO DA 028ª ZONA ELEITORAL DE APUCARANA PR (IMPETRADO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22205266	15/12/2020 02:17	Decisão	Decisão

Agravo Interno nos Autos de MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) nº 0600622-79.2020.6.16.0000

AGRAVANTE: M J K TAMIYA EIRELI
Advogada da AGRAVANTE: JESSYCA PRISCILA HAYUME TAMIYA - PR100431
AGRAVADOS: SEBASTIAO FERREIRA MARTINS JUNIOR, EU AMO APUCARANA! 11-PP / 15-MDB / 22-PL / 25-DEM / 55-PSD / 90-PROS / 40-PSB
Advogados dos AGRAVADOS: MARCELA BATISTA FERNANDES - PR0087846, HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI - PR0075822, GRACIANE DOS SANTOS LEAL - PR0081977, LEANDRO SOUZA ROSA - PR0030474
AUTORIDADE COATORA: ORNELA CASTANHO
IMPETRADO: JUÍZO DA 028ª ZONA ELEITORAL DE APUCARANA PR
Relator: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

RELATÓRIO

Trata-se de mandado de segurança impetrado por SEBASTIAO FERREIRA MARTINS JUNIOR, candidato a prefeito de Apucarana, e Coligação "EU AMO APUCARANA!" contra ato do Juízo da 28ª Zona Eleitoral de Apucarana, que indeferiu pedido de medida liminar.

Argumentam os impetrantes que ajuizaram a Representação nº 0600605-66.2020.6.16.0028 sob alegação de que a representada "MJK Tamiya EIRELI (Canal 38 HDTV)" estaria se utilizando irregularmente de concessão pública e, de maneira abusiva e contrária à legislação, disseminando constantes ataques contra o candidato representante.

Em sede de liminar requereram que o juízo ordenasse à investigada que *"liminarmente e inaudita altera parte, no PRAZO de 1 (um) dia e sob pena de MULTA DIÁRIA a ser fixada de acordo com o justo critério deste r. Juízo, seja ordenado que o CANAL 38 HDTV abstenha-se de transmitir conteúdos que privilegiem o posicionamento político de qualquer candidato, bem como alusões ou programas críticos em desfavor dos Representantes, ainda que dissimuladamente e/ou mediante conteúdo desinformativo."*

Na decisão apontada como coatora (id. 16486266, p. 7/9), o Juízo de origem não acolheu os argumentos apresentados, alegando que *"sem entrar no conteúdo das publicações questionadas, fato é que o pedido liminar, na forma como efetivado, de maneira genérica, não permite seu deferimento, diante da liberdade de imprensa e da impossibilidade de censura prévia, como já pontuado em diversos outros feitos por esta magistrada. Não há dúvidas que não há direito absoluto, todavia, para que haja sua restrição, como o próprio nome já diz, deve estar individualizada cada conduta a ser restringida."*

Insurgindo-se contra tal decisão, os impetrantes ajuizaram o presente *mandamus* alegando que a representada é meio de comunicação social (canal de TV), e estaria veiculando conteúdo próprio de modo a divulgar propaganda eleitoral negativa contra o ora impetrantes.

Alegaram que a decisão do juízo é teratológica e ilegal pois *"se mostra equivocada e insubsistente, à míngua de um mínimo substrato jurídico que lhe sirva de amparo, quanto porque, objetivamente, nega vigência às diversas disposições normativas de regência da matéria, sem qualquer*



motivação concreta e válida para tanto", bem como "viola a legislação em vigor e a jurisprudência dominante sobre o assunto, assim como contraria a própria lógica sistêmica das representações eleitorais".

Defendem que a plausibilidade do direito emerge dos documentos juntados e da fundamentação exposta, *"as quais mostram que a Litisconsorte está se utilizando irregularmente de uma CONCESSÃO PÚBLICA, consistente em um canal de TELEVISÃO ABERTA, de forma abusiva e CONTRÁRIA À LEGISLAÇÃO EM VIGOR, para influenciar diretamente no resultado das eleições, mediante a disseminação de constantes ataques que estão sendo desferidos contra o candidato Impetrante e seus apoiadores"; o perigo de dano " emerge da constatação de que, quanto mais houver demora para cessar o uso indevido do Canal 38 HDTV contra o candidato Impetrante e seus apoiadores, mais abalada restará a igualdade e a lisura do pleito, visto que o abuso e a ilicitude no presente caso são estridentes, acarretando a frustração do escopo da legislação eleitoral acaso se tenha que esperar o final do processo para a sua retirada."*

Por fim, pugnaram pela concessão de liminar para que *"no PRAZO de 1 (um) dia e sob pena de MULTA DIÁRIA a ser fixada de acordo com o justo critério deste e. Tribunal, seja ordenado que o CANAL 38 HDTV abstenha-se de transmitir conteúdos que privilegiem o posicionamento político de qualquer candidato, bem como alusões ou programas críticos em desfavor dos Representantes, ainda que dissimuladamente e/ou mediante conteúdo desinformativo."*

A liminar foi concedida *"para determinar que, no prazo de 1 (um) dia, a litisconsorte "MJK TAMIYA EIRELI (CANAL 38 HDTV) abstenha-se de transmitir conteúdos que desbordem do direito à crítica e configurem propaganda eleitoral negativa em desfavor dos impetrantes, sob pena de multa pelo descumprimento no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia, e de incorrer no crime de desobediência previsto no art. 347 do Código Eleitoral"*.

Contra essa decisão, a litisconsorte M J K Tamiya Eireli interpôs agravo interno (id. 17557366), alegando , em apertada síntese, que: i) os vídeos que fundamentaram a concessão da liminar não foram objeto de análise na instância originária; ii) no conteúdo veiculado por tais vídeos não há intenção de realizar propaganda eleitoral negativa; iii) seu conteúdo estaria resguardado pelas liberdades constitucionais de imprensa e de expressão.

Determinada a intimação dos agravados (id. 18241616), estes juntaram suas contrarrazões, pugnando, preliminarmente, pelo não conhecimento sob a alegação de intempestividade e, no mérito, pelo não provimento.

Em síntese, é o relatório.

DECISÃO

Preliminar: alegam os agravados que o agravo seria intempestivo porque, nos casos de representação processada sob o rito do artigo 96 da lei nº 9.504/97, o prazo seria de um dia.

A preliminar é manifestamente improcedente, de vez que os presentes autos dizem respeito a mandado de segurança e não a representação eleitoral.

Como é cediço, o mandado de segurança consiste em ação especial, de índole constitucional, utilizada de forma anômala no processo eleitoral como sucedâneo recursal.



Isso significa que, embora o *mandamus* acabe exercendo função de recurso, não assume seu lugar, continuando a ser regido pela sua legislação específica, no caso a lei nº 12.016/2009, e, subsidiária e supletivamente, do Código de Processo Civil e do regimento interno deste tribunal.

Não se tratando, pois, de representação do artigo 96, mas de mandado de segurança, o prazo de três dias, previsto no artigo 121 do RITRE, é aplicável. REJEITO a preliminar.

Juízo de retratação: durante o curso dos presentes, a medida liminar foi também objeto de questionamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nos autos de Medida Cautelar nº 44590, nos quais a eminente ministra Rosa Weber deferiu, em 12/11/2020, liminar suspendendo a sua eficácia.

Em decorrência, desde aquela data a decisão deste relator não está produzindo efeitos.

Ainda, do teor da peça recursal observa-se haver alegação de que os vídeos nos quais o deferimento da liminar se estribou *"não foram anexados e sequer mencionados nos autos n. 0600877-50.2020.6.16.0028"*.

Nas contrarrazões, os agravados sustentaram, quanto a esse ponto, que *"a ação de origem não impugna um programa em específico e SIM pela Agravante estar agindo ilicitamente para comprometer a legitimidade, a normalidade e a isonomia das eleições de 2020, mediante a CONTÍNUA divulgação de ataques infundados e disseminação de conteúdo desinformativo"*, ou seja, confirmaram a tese veiculada no agravo.

Com isso, tem-se como patente a supressão de instância, tendo os agravados trazido a este órgão julgador, por vez primeira, elementos não apresentados à autoridade que apontou como coatora - autoridade esta que não teria como avaliar referidos vídeos, pois não integraram a representação.

Note-se que desborda manifestamente dos limites do mandado de segurança impugnar um ato, cognominando-o de "coator", mas que foi proferido sob base probatória absolutamente distinta daquela que aparelhou o *mandamus*. A se destacar ainda que referidos vídeos foram relevantes para o deferimento da liminar, tendo sido analisados especificamente e tido parte do seu conteúdo transcrito na decisão agravada.

De mais a mais, com o advento das eleições já não persiste interesse dos agravados em debater-se contra a programação da agravante, ao menos não nos estreitos limites da competência desta justiça especializada.

DISPOSITIVO

Forte nas considerações expendidas, exerço juízo de retratação e revogo a liminar concedida, em caráter definitivo, tornando prejudicado o agravo interno.

Ainda, dada a perda superveniente do objeto do presente mandado de segurança, extingo-o sem resolução de mérito, na forma do artigo 31, inciso IV, alínea "a", do RITRE.

Dou por publicada esta decisão com o seu lançamento no PJE.

Registre-se. Intimem-se. Comunique-se a autoridade impetrada.

Oportunamente, arquivem-se.

Curitiba, 14 de dezembro de 2020.



THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Relator



Assinado eletronicamente por: THIAGO PAIVA DOS SANTOS - 15/12/2020 02:17:17

<https://pje.tre-pr.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121502162833100000021535642>

Número do documento: 20121502162833100000021535642